



*Artigo*

**“Questão Social”, Autoritarismo e Pensamento Político e Social Brasileiro**

*“Social Issue”, Authoritarianism and Brazilian Political and Social Thinking*

*“Cuestión Social”, Autoritarismo y Pensamiento Político y Social Brasileño*

*“Problème Social”, Autoritarisme et Pensée Politique et Sociale Brésilienne*

Mario Miranda Antonio Junior<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Graduada em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política, São Paulo, SP, Brasil. É mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais e pesquisador no Grupo de Pesquisa em Violência de Estado, Direitos Humanos e Educação Popular da Universidade Federal de São Paulo, Santos, SP, Brasil.

**Resumo**

O artigo que segue se trata de uma reflexão a partir da “questão social” sobre como autoritarismo e democracia coexistem no Brasil. Busca através de interlocutores do pensamento político e social brasileiro analisar o nosso processo sociohistórico, considerando nossa formação social e o modo de produção que estrutura e organiza a sociedade. Entendida como o campo em que o capitalismo reproduz-se e se reifica, portanto, o lócus da luta de classes, contrastando a miséria e a exploração à opulência e a produção em escala, a “questão social” surge como categoria e objeto da reflexão e intervenção conservadora da burguesia e das ciências sociais. Dado que a “questão social” é inerente ao capitalismo, cumpre analisar o desenvolvimento histórico da ordem burgo-capitalista nos parâmetros da nossa formação e modo de produção, posto que é nesse campo que autoritarismo e democracia se chocam, articulam-se e se renovam.

**Palavras-Chave:** Autoritarismo; Questão Social; Democracia; Revolução Burguesa; Modernização Conservadora.

**Abstract**

The following article is a reflection based on the "social question" about how authoritarianism and democracy coexist in Brazil. It seeks through interlocutors of Brazilian political and social thought to analyze our socio-historical process, considering our social formation and the mode of production that structures and organizes society. Understood as the field in which capitalism reproduces and is reified, therefore, the locus of class struggle, contrasting misery and exploitation to opulence and large-scale production, the "social issue" emerges as a category and object of reflection and conservative intervention by the bourgeoisie and the social sciences. Since the "social issue" is inherent to capitalism, it is necessary to analyze the historical development of the bourgeois-capitalist order within the parameters of our formation and mode of production, since it is in this field that authoritarianism and democracy collide, articulate and renew themselves.

**Keywords:** Authoritarianism; Social Question; Democracy; Bourgeois Revolution; Conservative Modernization.

**Resumen**

El siguiente artículo es una reflexión desde la "cuestión social" sobre cómo conviven el autoritarismo y la democracia en Brasil. Busca a través de interlocutores del pensamiento político y social brasileño analizar nuestro proceso socio-histórico, considerando nuestra formación social y el modo de producción que estructura y organiza la sociedad. Entendida como el ámbito en el que se reproduce y reifica el capitalismo, por tanto, el lugar de la lucha de clases, contraponiendo la miseria y la explotación a la opulencia y la producción a gran escala, la "cuestión social" surge como categoría y objeto de reflexión e intervención conservadora de la burguesía y las ciencias sociales. Dado que la "cuestión social" es inherente al capitalismo, es necesario analizar

el desarrollo histórico del orden burgués-capitalista dentro de los parámetros de nuestra formación y modo de producción, ya que es en este campo donde el autoritarismo y la democracia chocan, se articulan y se renuevan.

**Palabras Clave:** Autoritarismo; Cuestión Social; Democracia; Revolución Burguesa; Modernización Conservadora.

### **Resumé**

L'article suivant est une réflexion de la "question sociale" sur la coexistence de l'autoritarisme et de la démocratie au Brésil. Il cherche à travers des interlocuteurs de la pensée politique et sociale brésilienne à analyser notre processus socio-historique, en considérant notre formation sociale et le mode de production qui structure et organise la société. Compris comme le champ dans lequel le capitalisme se reproduit et se réifie, donc le lieu de la lutte des classes, opposant la misère et l'exploitation à l'opulence et à la production à grande échelle, la "question sociale" apparaît comme une catégorie et un objet de réflexion et d'intervention conservatrice de la bourgeoisie et des sciences sociales. Étant donné que la "question sociale" est inhérente au capitalisme, il est nécessaire d'analyser le développement historique de l'ordre bourgeois-capitaliste dans les paramètres de notre formation et de notre mode de production, puisque c'est dans ce domaine que l'autoritarisme et la démocratie se heurtent, s'articulent et se renouvellent.

**Mots Clés:** Autoritarisme; Question Sociale; Démocratie; Révolution Bourgeoise; Modernisation Conservatrice.

## Introdução

---

O presente artigo se trata de uma reflexão política, histórica e social. Do ponto de vista metodológico, tal empreitada exigiu o método histórico-materialista e dialético, posto que a “questão social” atravessa a luta de classes e consiste no espaço de reprodução e reificação do capitalismo. Trata-se de relações de poder, o campo em que as disputas ideológicas e políticas adquirem materialidade. Dito isto, não se trata apenas de um problema epistemológico, mas de um posicionamento objetivo diante da realidade contraditória e antagônica.

A “questão social”, compreendida no âmbito das lutas da classe trabalhadora - o proletariado e a imensa massa de trabalhadores subempregados e precarizados -, reproduz o padrão de dominação consagrado por Florestan Fernandes da “modernização conservadora” e da “autocracia burguesa” na perspectiva do capitalismo dependente e periférico. Articulando processos técnicos e tecnológicos avançados com relações de produção arcaicas e autoritárias, ao lado da primazia da ordem neoliberal e a retórica do “estado mínimo” para as massas, individualismo e consumismo exacerbados e autorresponsabilização pela pobreza, ao lado do empreendedorismo como alternativa à perda de direitos sociais e as péssimas condições de trabalho, estabelece a ditadura do “livre mercado” em estado bruto. Assim, a partir do debate com alguns dos autores clássicos do pensamento político e social brasileiro, buscaremos refletir sobre como autoritarismo e democracia coexistem e se expressam por meio da “questão social”, considerando a nossa formação e o modo de produção social no âmbito do capitalismo dependente e periférico.

## 1. Autoritarismo, “Questão Social” e Democracia no Brasil

---

O debate sobre a democracia no Brasil é permeado por contundentes indicadores de violência (homicídios, extermínios, desaparecimentos, tortura) e expressiva rejeição aos “direitos humanos”. Ecoando em amplos segmentos sociais, se caracteriza pela acentuada polarização entre forças políticas e sociais conservadoras e progressistas. Segue condicionado pelo antagonismo radical entre os que reivindicam a volta da ditadura militar e aqueles que se posicionam pelo incremento da democracia, expansão de direitos e mais participação popular<sup>1</sup>. Os impactos desse embate se expressam através das campanhas pela redução da maioria penal e pelo fim do Estatuto do Desarmamento, das leis contra

---

<sup>1</sup> É importante destacar que a despeito do conjunto das forças políticas progressistas que compõe a sociedade, considerando o amplo espectro que vai dos comunistas e socialistas aos anarquistas, socialdemocratas e liberais democratas, no jogo da extrema-direita com tendências neofascistas tudo se reduz indiscriminadamente a “comunismo” ou “socialismo”, em uma perspectiva de Estado forte, centralizado e autoritário, antipartidos e antidemocrático.

o “terrorismo” (PL 2016/15), “escola sem partido” (PL 1.411/15), “militarização das escolas” e do encarceramento e extermínio da juventude pobre e negra, além do significativo aumento da letalidade policial.

Oliveira (2019: 19) destaca “a combinação entre uma crise política e econômica, marcada por uma profunda polarização política e um estreitamento da esfera pública de debate.” Enfatizando como essa polarização incide sobre “a pauta dos direitos humanos, que é apresentada como “pauta de esquerda”, assim, segue “deslocada para uma discussão”, enviesada e reacionária, “acerca da preservação da família.” Por fim, constata que se trata de um movimento que articula brutal “desregulamentação do mundo do trabalho”, “ativismo jurídico” e “políticas de austeridade e responsabilidade fiscal”, promovendo o neoliberalismo e o autoritarismo vigentes.

As forças de segurança brasileiras – polícias e forças armadas –, por sua vez, se caracterizam pela resistência – quando não oposição franca e direta - aos direitos humanos e, portanto, à democracia<sup>2</sup>. Assim, diversos estudos constataam que as forças policiais brasileiras são a mais letal no mundo e o Estado o maior violador de direitos humanos. Dito isso, ponto de vista histórico, trata-se de relações sociais balizadas pela “dominação tradicional” e a violência, considerando a criminalização da “questão social” (“caso de polícia”), a “militarização” da segurança pública – e do Estado -; a doutrina do “Estado forte” - e centralizador -, da “segurança nacional” em oposição ao “inimigo interno”, conforme a suposta imaturidade, instabilidade e heterogeneidade das massas, pouco coesas e suscetíveis à manipulação por ideias exóticas estrangeiras e a subversão (Holanda, 1963, Cardoso, 1975, Ianni, 1986, Fernandes, 2006).

Desde a década de 1990, o Brasil experimentou diversas transformações de caráter econômico, político e social, ajustando estabilidade institucional e econômica com a expansão e reificação do processo de exploração e acumulação capitalista. No contexto democrático no âmbito da globalização, o país, como outras nações periféricas, passou a ocupar uma posição de destaque na estratégia da hegemonia neoliberal. Assim, a expansão do capital se deu por meio da abertura econômica e do incremento da produção, novos arranjos produtivos estabelecidos pelo projeto neoliberal – “Estado mínimo”, privatizações, fusões, terceirização, desregulamentação e precarização das relações de trabalho. Ao maior acesso ao crédito, bens de consumo e políticas públicas e sociais focalizadas, dá-se a expansão da concentração privada, do individualismo e consumismo, do controle e repressão social, ao lado da prevalência do mercado sobre a política e a sociedade (Silva, 2012).

O arranjo econômico-político neodesenvolvimentista brasileiro, consiste em uma reformulação, adequada ao contexto da globalização e do neoliberalismo, do desenvolvimentismo pensado pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) nos anos 50/60, orquestrado pela burguesia nacional associada – e subordinada - ao capital estrangeiro. A atual burguesia neodesenvolvimentista é formada por grandes conglomerados industriais e financeiros e pelo agronegócio exportador, beneficiados pelo aumento da participação nacional no mercado externo, articulado a política de financiamento público e obras de infraestrutura necessárias à sua expansão. Em poucas palavras, o modelo busca promover as empresas e os investimentos brasileiros no mercado externo, fazendo com que as camadas populares passem a ser contempladas pelo crescimento da economia – expansão do mercado de trabalho formal, crédito, programas de transferência de renda, qualificação profissional, empreendimentos e negócios populares – na ordem do capitalismo

---

<sup>2</sup> A “prevalência dos direitos humanos” consta como um dos “princípios fundamentais” da Constituição Federal de 1988.

dependente, sem romper com as velhas estruturas estabelecidas no plano da agenda neoliberal (Deo, 2011).

Nesse contexto, ao incremento das políticas subsidiárias do modelo de desenvolvimento econômico neodesenvolvimentista - obras dos Jogos Panamericanos, Copa do Mundo, Olimpíadas, transposição do rio São Francisco, Usinas Hidrelétricas de Jirau e Belo Monte, Programa de Aceleração do Crescimento, Programa Minha Casa Minha Vida, Programa Nacional de Habitação Rural, Programa Cisternas -, coincidem programas sociais correspondentes, necessários à dinâmica da produção e do mercado interno, articulando controle e repressão social – Pronatec, Prouni, Fies, Bolsa Família, Luz para todos, UPPs, Força Nacional de Segurança, Lei Antiterrorismo.

Com efeito, este modelo político-econômico, se renovando desde o populismo autoritário da era Vargas, passando pelo desenvolvimentismo anticomunista da “Aliança para o Progresso” e do autoritarismo tecnocrático da ditadura civil-militar-empresarial, segue assentado nas bases do capitalismo dependente e periférico. Conforme determinadas crises e/ou fissuras no bloco hegemônico, setores que compõe a burguesia aliam-se à classe trabalhadora e forças progressistas, promovendo “dentro da ordem” os segmentos populares e ampliando em bases mínimas as suas conquistas, reorganizando e reinventando o capitalismo nacional, procedendo o padrão de dominação burguesa. Getúlio Vargas, por exemplo, estabeleceu a Consolidação das Leis do Trabalho, criou a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, o Senai e o BNDES modernizando e complexificando o Estado, ampliando a proteção social e a infraestrutura industrial; por outro lado, enquadrou os sindicatos, organizou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Departamento de Ordem, Política e Social (DEOPS), encarregados pela manutenção da hegemonia, controle e repressão social.

Desde a crise econômica global de 2008, verifica-se uma contundente ofensiva neoliberal e autoritária pelo continente latino-americano, orquestrada por segmentos de direita ultraconservadores e associados ao capital transnacional. No Brasil, a polarização entre setores ultrarreacionários e progressistas apenas se intensificou e radicaliza-se desde 2014. Nesse cenário, Oliveira (2019: 16) destaca que as amplas mobilizações sociais que surgem em 2013, com a participação efetiva de “um novo proletariado”, mais precarizado e com baixa formação, ao lado de uma “jovem classe média tradicional”, favorecem a “ideologia de combate à corrupção.” Utilizada de forma deliberada por setores antidemocráticos e neoliberais, permitindo que “discursos conservadores também se misturassem ao caldo”, conduzindo ao final, a um processo em “que a luta não mais era traduzida pelo desejo de reforma política, mas sim pelo aprofundamento da insatisfação com a figura do Estado”, à crise da democracia e das forças progressistas.

As forças progressistas que se expandiam na América Latina como alternativa ao projeto neoliberal da década de 1990 - desde Hugo Chávez (Venezuela), Lula da Silva (Brasil) e Néstor Kirchner (Argentina) entre 1998 e 2003, impulsionaram outras forças populares-progressistas no continente, como Evo Morales na Bolívia em 2006, Rafael Correa no Equador em 2007 e Fernando Lugo no Paraguai em 2008. Contudo, a crise econômica global desencadeada nos EUA em 2008, precipitou em 2009 a onda reacionária no continente com o “golpe branco” contra Manuel Zelaya em Honduras, sinalizando à ofensiva da direita neoliberal e autoritária sobre a América Latina, culminando com o impeachment da presidenta Dilma Roussef no Brasil em 2016, com o objetivo de transferir o ônus da crise para os ombros dos trabalhadores e dos mais pobres.

Considerando o avanço do projeto neoliberal no continente, é importante enfatizar duas observações: a primeira é que o neoliberalismo no continente latino-americano apareceu há três décadas, no final dos anos 1980, início dos 90, com Fernando Collor no Brasil, Andrés Pérez na Venezuela, Carlos Salinas no México, Carlos Menem na Argentina, Andrés Rodríguez no Paraguai,

exceção do Chile de Pinochet nos anos 1970. A segunda, é que a atual onda neoliberal que avança sobre o continente, se trata de uma contraofensiva aos governos progressistas de centro-esquerda que construíram alternativas social-liberais à agenda neoliberal entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, como Lula da Silva no Brasil, Rafael Correa no Equador, Néstor Kirchner na Argentina, Hugo Chávez na Venezuela e Evo Morales na Bolívia, dentre outros. Dito isso, trata-se de um projeto cujo objetivo não consiste em somente impor a agenda de “ajustes” neoliberal, antes proceder o desmonte do Estado de bem-estar social mínimo, destruir as conquistas sociais em termos de direitos e políticas alcançadas pelas classes populares e os trabalhadores desses países, minando a própria democracia em suas bases fundamentais.

A recusa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2010 da revisão da “Lei da Anistia” (6.683/79), proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), visando retirar à sua extensão aos crimes comuns e de tortura cometidos por agentes do estado durante a ditadura civil-militar de 1964, bem como a criação do “Plano Nacional de Direitos Humanos” e a “Comissão Nacional da Verdade”, despertaram as animosidades da reconciliação mais ou menos forçada pós-Anistia de 1979, provocando a linha-dura da caserna, incitando a ira dos saudosistas e das viúvas da ditadura.

Se sucedeu, portanto, um clima favorável para que a burguesia neoliberal e a extrema-direita - antidemocrática, antinacional e antipopular – incitasse setores médios e pobres da sociedade mais suscetíveis à manipulação, desinformação e aos efeitos deletérios da crise econômica, de modo que o apelo à “ordem” e a “segurança” submetesse à igualdade e a liberdade, em termos de políticas e direitos sociais, coletivos e difusos. A combinação do discurso neoliberal da antipolítica, “estado mínimo”, naturalização, individualização e criminalização da pobreza, ao lado da moralização e judicialização da política, encurralou as forças sociais progressistas e a própria democracia.

Nesse contexto de crise econômica, política, social e contraofensiva autoritária e neoliberal, apreende-se a “reprodução ampliada<sup>3</sup>” do capital e a reificação da “modernização conservadora”, em que se renovam os aspectos estruturantes da sociedade brasileira. Assim, a “questão social”, entendida como o conjunto de problemas econômicos, sociais e políticos que incidem sobre a classe trabalhadora, em decorrência do capitalismo no âmbito da sociedade burguesa, representa o objeto de reflexão, ação e intervenção - a materialidade da luta sociopolítica -, isto é, as condições de existência dos trabalhadores (Iamamoto, 2010). Portanto, constitui o produto de novas relações produtivas e sociais e o campo da luta de classes em que se reproduz e reifica a exploração, acumulação e concentração privadas.

Segundo Netto (1996, 2001), na primeira metade do século XIX, conforme a expansão da miséria e a ascensão do proletariado produtor das riquezas, a “questão social” adquire status político. Contudo, na perspectiva liberal e conservadora em oposição à revolucionária do proletariado – socialista, comunista, anarquista -, cuja essência se opõe à ordem burgo-capitalista. Assim, a revolta e a organização dos trabalhadores, na perspectiva de classe organizada, tensiona a pauta política afrontando a ordem burguesa capitalista que engendra a propriedade e a acumulação privadas, a exploração, a opressão e a miséria.

Evidencia-se, nesse processo, uma tendência nítida de caráter conservador, que oscila ora entre a compaixão, ora entre a criminalização e repressão. Após a “primavera dos povos” de 1848, a “questão

---

<sup>3</sup> Marx destaca a reprodução ampliada em “O Capital”, explicando que “cada capitalista” vê-se obrigado a acumular capital e ampliar a sua produção para concorrer com outros capitalistas, de modo que a acumulação se torna o padrão, na perspectiva da acumulação constante da mais-valia, condição essencial para o aumento do capital.

social” “perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada” (Netto, 2001: 43). Portanto, trata-se de combater apenas as consequências mais nefastas da “questão social”, escamoteando as estruturas do capital e os fundamentos da dominação burguesa -, isto é, se trata de “reformular para conservar”.

A “questão social” escancara o autoritarismo brasileiro latente, na medida em que ela é inerente ao capitalismo e a ordem burguesa. Assim, considerando os arranjos político-econômicos que renovam os padrões de dominação autocrática da burguesia associada e dependente ao capital transnacional, faz-se imprescindível o debate com os principais autores do pensamento político e social brasileiro, destacando o nosso processo histórico de formação social e o modo de produção típico que organiza e estrutura a sociedade.

## 2. Pensamento Político e Social Brasileiro, Autoritarismo e Desenvolvimento

---

Autoritarismo é um poder político que emana do Estado, diferente do totalitarismo que decorre e se sustenta sobre partidos políticos de massas. Não se trata de uma ditadura ou movimento de massas, como ocorre com o fascismo italiano e o nazismo alemão, consiste em uma ditadura pessoal como o Salazarismo – Estado Novo português (corporativista) de 1933 – e o Franquismo espanhol, de caráter católico e conservador; antiliberal, antidemocrático e anticomunista.

A história brasileira se caracteriza por uma coexistência perene – não sem contradições e atritos -, entre padrões arcaicos e modernos que caracterizam a nossa sociedade. Assim, ordem senhorial e competitiva, liberalismo e escravismo, democracia e autoritarismo coexistem, relacionando-se e se articulando, caracterizando as disputas pelo poder político, de acordo com o desenvolvimento da produção e a correlação de forças sociopolíticas no âmbito da luta de classes, de modo a assegurar e otimizar as bases da exploração e acumulação capitalista.

Considerando o pensamento político e social brasileiro, três abordagens definem a análise do processo histórico: a tradição conservadora-autoritária, a cultural (formação social) e a econômica-política (modo de produção social). Correspondem, assim, respectivamente, os métodos funcionalista-positivista, interpretativo e o materialista-dialético. O pensamento autoritário se caracteriza pelo traço irracionalista, espiritualista, elitista, racista, antiliberal, antidemocrático e anticomunista. A tradição interpretativa evidencia os aspectos culturais e sociais, enquanto que a abordagem materialista-dialética enfatiza o modo de produção social, as classes sociais, a luta de classes e as contradições que definem e estruturam a sociedade burguesa.

O Estado brasileiro se desenvolve a partir da transferência da Corte lusitana para o país em 1808. Até então, o Brasil não existia como nação, era somente mais uma colônia dentre inúmeras outras do império português, em todos os continentes. Desde à época dos donatários das Capitanias Hereditárias até ao Vice-Reinado em 1763, o centro das decisões políticas era na Corte em Lisboa. Em 1815, o Brasil alcançou à posição de “Reino unido a Portugal e Algarves”. Todavia, apenas a crise promovida pela Revolução Liberal do Porto, em 1820/21 em Portugal, provocaria a independência brasileira em

1822, alcançando, assim, a autonomia política imprescindível para a constituição de um Estado nacional.

Para Caio Prado Júnior (1962) e Florestan Fernandes (2006), a autonomia política decorrente da independência em 1822 é o alicerce do Brasil moderno, isto é, burguês e liberal, enquanto sociedade e nação. Isto porque a autonomia política assegura o surgimento do Estado nacional e a dominação política de uma classe sobre as outras, convertendo os seus “interesses privados” em “interesses nacionais” e o “senhor agrário” em “cidadão.” É o momento em que o Estado nacional se insere na ordem capitalista global – antes a produção colonial servia à Metrópole –, de modo que surgem, paulatinamente, a burguesia e o liberalismo político e econômico, demandando a nova sociedade competitiva e de classes que substitui a ordem senhorial-escravocrata – essa é a tese fundamental de Florestan Fernandes, a nossa burguesia não resulta de um processo econômico, na perspectiva clássica, mas, político. Não é o mercado; é o Estado que consolida a ordem burgo-liberal no país.

Em *Evolução Política do Brasil*, de 1933, Caio Prado Júnior inaugura a análise do processo histórico brasileiro na perspectiva do materialismo dialético, enfatizando a luta de classes, os movimentos populares e a burguesia, o latifúndio e a vinculação subordinada à ordem capitalista no âmbito da sociedade senhorial-escravocrata em oposição ao liberalismo econômico. Deste modo, não deixa dúvidas de que o processo que conduziu à independência política do país resulta de determinações econômicas:

Já vimos como a emancipação política do Brasil resultou do desenvolvimento econômico do país, incompatível com o regime de colônia que o peava, e que, por conseguinte, sob sua pressão, tinha de ceder. Em outras palavras, é a superestrutura do Brasil colônia que, já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infraestrutura econômica do país, se rompe, para dar lugar a outras formas mais adequadas às novas condições econômicas e capazes de conter a sua evolução. (Prado Júnior, 1962: 49).

Assim, Caio Prado (1962) destaca que as lutas pela independência na América espanhola e a crise política ocasionada pelo processo de independência de Portugal – que se estende desde a eclosão da Revolução Liberal no Porto até o fim das guerras nas províncias e a Assembleia Constituinte de 1823 no Brasil – impulsionam diversos movimentos e revoltas separatistas e nativistas, liberais e republicanas que atravessam o país e a primeira metade do século XIX – desde a Revolução Pernambucana de 1817 até a Praieira de 1848. Deste modo, destaca tanto a vanguarda da nascente burguesia nativa, quanto o ímpeto revolucionário das massas populares, incluindo escravizados e indígenas, promovendo insurreições e agitações por todo o país nesse período. Por outro lado, evidencia o caráter contrarrevolucionário e reacionário das elites e da burguesia ascendente, na repressão brutal aos movimentos populares e nativistas, quando se torna protagonista política e agente econômico local privilegiado e associado ao capital estrangeiro.

Entretanto, apenas no segundo reinado, estabelecidas as Leis Eusébio de Queirós e a de Terras – fundamentais para o capitalismo, pois, asseguram o fim do tráfico de escravos e a mercantilização da propriedade privada –, ambas de setembro de 1850 e após a Guerra do Paraguai (1864-1870), é que a ordem liberal burguesa se consolida, concorrendo para a expansão da urbanização, industrialização e a sociedade competitiva de classes. Nesse contexto, o Abolicionismo firma-se como movimento social articulando setores de classe média urbanos, convergindo para a derrocada definitiva da ordem senhorial-escravocrata, ao lado da ascensão da burguesia e do operariado urbanos.

O triunfo militar brasileiro no Paraguai, ao lado das céleres transformações sociais, econômicas e políticas, estabelece as Forças Armadas como ator político e interlocutor privilegiado da burguesia liberal ascendente. O avanço da imigração europeia e do trabalho assalariado no âmbito da

substituição da mão de obra escravizada, sepultando três séculos de escravidão no país, intensificam a modernização da sociedade, a urbanização, as ideias liberais e republicanas, culminando com o fim do Império, da escravidão, o protagonismo político do Exército e o surgimento da nação como mercado capitalista privilegiado no continente.

Florestan Fernandes (2006), destaca duas características essenciais a esse processo: a “modernização conservadora” e a “autocracia burguesa.” Portanto, a análise da Revolução Burguesa é imprescindível para a reflexão sobre o desenvolvimento e a formação do capitalismo no Brasil, posto que a economia escravista exportadora prospera e constitui o esteio em que organiza, estrutural e dinamicamente, o caminho para a transformação socioeconômica e política. Isto porque quando fala em burguesia, ele enfatiza o caráter inerente a ética liberal, ou seja, o espírito competitivo, a livre concorrência e o trabalho assalariado livre. Deste modo, evidencia que se trata de tipos incompatíveis com o padrão arcaico do latifúndio e da ordem senhorial-escravocrata – por isso, destaca o importante papel do imigrante nesse processo, conforme seja o agente comercial privilegiado entre a produção local e o mercado externo -, senão na esfera do processo de acumulação primitiva e reprodução ampliada do capital, processo que se intensifica desde 1870. Tanto Florestan Fernandes, quanto Sergio Buarque de Holanda, nesse sentido, destacam a importância do comércio e da urbanização no processo de ascensão da burguesia brasileira - conforme Weber em “Economia e Sociedade.”

Sergio Buarque de Holanda, por sua vez, em 1936, com “Raízes do Brasil”, inaugura o método de Max Weber na abordagem acerca do nosso processo histórico, trazendo a luz categorias fundamentais para a análise de nossa formação social, tais como o “homem cordial” – tipo ideal brasileiro - e o patrimonialismo – categoria fundamental da sociologia analítica weberiana. Ele é ainda o autor que dá relevância a cultura, destacando elementos típicos da tradição ibérica que amalgamam a nossa formação social, tais como a plasticidade, o patriarcalismo e o espírito aventureiro em oposição a ética protestante do trabalho. Destaca ainda a primazia e sobreposição do privado sobre o público e a absoluta ausência e aversão de qualquer ética do trabalho, típica das sociedades burguesas protestantes.

O caráter antiburguês e antiliberal arraigado na tradição absolutista e mercantil lusitana, somente a dinâmica estabelecida pela ordem liberal capitalista decorrente da autonomia política inserida no mercado global, suscitaria as condições para a ascensão de uma classe burguesa no interior da ordem senhorial-escravocrata estabelecida. Isto é, tal fratura surgiria apenas das contradições e embate entre forças antagônicas no esteio do desenvolvimento do mercado interno submetido às forças do capital exterior.

Embora assumia feições revolucionárias, a burguesia nacional, assegurando as decisões políticas no campo interno, consolida-se como uma elite dominante, ao mesmo tempo mantendo traços conservadores, na medida em que mantém a produção escravocrata – atendendo as exigências de produção do mercado externo e acumulação primitiva. Estabelecendo o poder estatal como entidade manipulável, conforme os interesses do estamento senhorial, o liberalismo brasileiro fica constrangido entre as exigências do mercado externo ao qual está submetido e as elites senhoriais que monopolizam a terra, a produção, o poder político e econômico. Incapaz de se efetivar como uma força econômica e política que organiza a produção social, manifesta-se sobre uma parcela restrita da sociedade e de maneira incompleta e híbrida, articulando elementos arcaicos e modernos, contraditórios e incompatíveis - estamentos sociais dominantes são convertidos em sociedade civil e o elemento senhorial em cidadão, até a transmutação de uma sociedade senhorial-escravocrata em uma sociedade de classes, combinando elementos de ambas em algo novo, capaz de atender de forma satisfatória as exigências do capitalismo em sua atual fase de desenvolvimento.

A eloquente contribuição de Florestan Fernandes (2006) está em evidenciar no processo histórico, que embora se posicionasse como cidadão e representante último da sociedade civil, convertendo os seus interesses de classe em interesses nacionais por meio do monopólio do poder político, as elites emergentes – fazendeiros e imigrantes prósperos - atuavam de forma zelosa e impetuosa somente no âmbito restrito de sua classe e interesses. Rejeitando projetar tais interesses em planos mais amplos, recusavam-se a associar tais atividades econômicas – inclusive o crescimento econômico - a ideais coletivos e nacionais de autossuficiência econômica ou de independência e autonomia. Resumindo, a mesquinhez e torpeza das elites econômicas ignora ou teme a vanguarda de um projeto político nacional burguês e liberal. Deste modo, Fernandes (2006) é categórico:

De uma ponta a outra, jamais almejaram sequer a revolução dentro da ordem, o reino do tipo de equidade que é consagrado pela ordem social competitiva, porque sempre se mantiveram medularmente presos ao antigo regime, embora combatendo-o em sua ordenação e na sua superfície. Ficaram entregues a uma obscura missão histórica, de fiadores da perpetuação crônica do “poder conservador” e dos privilégios estamentais mais odiosos, que sobreviveram ao desaparecimento histórico tanto da sociedade colonial quanto da sociedade imperial. (Fernandes, 2006: 193).

Afinal, destaca dois elementos típicos da revolução burguesa no Brasil: o primeiro é que a dominação de classe, ao contrário de outras burguesias europeias ou norte-americana, não se dá no campo social através de associações (grupos de pressão) e nem no econômico, mas no plano político, por meio do Estado. A segunda é que “ela não assume o papel de *paladina da civilização* ou de *instrumento da modernidade*, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe” (Fernandes, 2006: 193).

Impondo o controle conservador e o poder autocrático como o fio condutor da história, as “representações ideais da burguesia” proclamavam os mesmos princípios do “grandioso modelo francês da Revolução Burguesa nacional e democrática”, como mero “objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e civilização” (Fernandes, 2006: 242). No mundo real, quando outros agrupamentos sociais, sobretudo, populares e operários, ansiavam ampliar os espaços de poder, pressionar ou questionar a ordem estabelecida, ela sempre reagiu “de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico”, conforme a repressão e a criminalização das organizações e greves operárias na década de 1910, “questões de polícia” e, “quase meio século depois, a repressão às aspirações democráticas das massas” – nos anos 1960. Portanto, destaca:

Essa impotência – e não, em si mesma, a fraqueza isolada do setor civil das classes burguesas – colocou o Estado no centro da evolução recente do capitalismo no Brasil e explica a constante atração daquele setor pela associação com os militares e, por fim, pela militarização do Estado e das estruturas político-administrativas, uma constante das nossas “crises” desde a Proclamação da República”. (Fernandes, 2006: 357).

O fato de a burguesia brasileira ser imune ao caráter radical da tradição burguesa – revolucionária e nacionalista -, dissimula certa debilidade que Fernandes (2006: 246), por sua vez, destaca como uma característica do tipo de dominação burguesa estabelecida na perspectiva do capitalismo dependente e periférico. Portanto, demonstra como as “ameaças à hegemonia burguesa nunca chegaram a ser decisivas e sempre foram exageradas pelos grupos oligárquicos”, como procedimento deliberado de

“manipulação conservadora do “radicalismo” ou do “nacionalismo” das classes médias e dos setores industrialistas.” Firma-se, portanto, o princípio norteador autoritário e conservador do “desenvolvimento com segurança”, capaz de assegurar “garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro, às suas empresas e ao seu crescimento.”

Os conflitos com as classes antagonicas, ao serem estigmatizados, postos “fora da ordem” e sufocados por meios repressivos e violentos, perderam a sua conexão com a revolução nacional democrático-burguesa, sendo capitalizados, também por sua vez, pela própria burguesia. Ao “defender a estabilidade dentro da ordem”, portanto, as classes e os estratos de classes burgueses aproveitaram aqueles conflitos para legitimar a transformação da dominação burguesa em uma ditadura de classe preventiva e para privilegiar o seu poder real, nascido dessa mesma dominação de classe, como se ele fosse uma encarnação da ordem “legitimamente estabelecida”. É claro que a nação burguesa era, assim, sobreposta e passava a imperar sobre a nação legal. (Fernandes 2006: 369).

Para Florestan (2006: 346), a intransigência burguesa e o seu furor deliberado em “empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas”, ao lado da vocação em se identificar com “formas autocráticas de defesa e de autoprivilegiamento”, estabelece os limites do “idealismo burguês”, de acordo com os “seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico”, “liberalismo radical” ou com “qualquer nacionalismo democrático-burguês mais ou menos congruente”. Portanto, trata-se de um projeto de poder político subordinado ao capital monopolista, estruturado verticalmente, capaz de recorrer a “quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua legitimidade e convertendo”, de forma absoluta, “o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva.”

### 3. Estado, Corporativo, “Questão Social” e Autoritarismo Brasileiro

---

Consagrado pelo seu pensamento racista, autoritário e corporativo, é no contexto dos anos 1910 e 20 que Oliveira Vianna (1987) surge na vida política e intelectual brasileira. Conforme a vastidão territorial do país e a imensa autonomia do latifúndio, para ele, favorecia-se o surgimento de uma sociedade estamental, cujo espírito de clã arraigado se assentava no patriarcalismo. O espírito de clã representa uma distinção típica de nosso “povo-massa”, privilegiando relações sociais primárias e o tipo de dominação tradicional, assentado em vínculos de lealdade e subserviência ao poder de mando local. Por isso, considerava imperativo observar o “Brasil real” perante o “Brasil legal” – que existia apenas nos códigos, fundados em paradigmas e/ou tratados estrangeiros, elaborados por nossas deslumbradas elites ilustradas. Deste modo, ressaltava a necessidade de se criar um “espírito

corporativo” por meio de um “Estado forte” – centralizado, interventor e corporativo -, capaz de superar tais relações, padrões e instituições arcaicas e incompatíveis com a nossa tradição ou cultura.

Influenciado por Silvio Romero<sup>4</sup> e Alberto Torres, acreditava na superioridade da raça branca e no embranquecimento da população como alternativa ao problema racial. Foi antiliberal, antipartidos, antidemocracia e, sobretudo, anticomunista. Acreditava que o “povo-massa” era disperso, débil, heterogêneo e sem coesão, assim, caberia ao “Estado forte” a missão de forjar a nacionalidade, pois, é ele um ente poderoso, coeso, autônomo e centralizado.

Em sua defesa ao “Estado forte”, avalia que no Brasil, “o inimigo das liberdades sempre foi o Poder Local” e não o “Poder Central”, este uma “força benéfica e organizadora que se opõe ao “regime federativo”, caracterizado pelo traço “descentralizador” (Vianna, 1987: 42). Esse olhar desconfiado, prepotente, preconceituoso e hostil sobre a sociedade civil, representada por partidos políticos, é partilhado pelos militares desde a República.

De acordo com Meirelles (1995: 116), os militares sentiam-se “no dever de participar da vida pública por se considerarem, na maioria das vezes, mais bem-preparados intelectualmente para o exercício do poder do que a maioria dos civis”. Acreditavam que apenas através da captura do poder à força e da centralização era possível, de cima para baixo, moralizar a política e reconstruir a nação. Para eles as massas eram perigosas e precisavam ser vigiadas e tuteladas, de acordo com uma visão enviesada, paternalista e autoritária (Furlan, 2018). Assim, desejavam, de acordo com os seus manifestos, segundo Meirelles (1995: 95), retroagir o Brasil ao regime de 1889: “O Exército quer a pátria como a deixou o Império, com os mesmos princípios de integridade moral, consciência patriótica, probidade administrativa e alto descortino político.”.

Oliveira Vianna (1987) considerava como função fundamental das elites intelectuais a construção de um projeto de organização nacional, fundado em bases nacionalistas, autoritárias e corporativas – conforme o “Estado Novo” em 1937 realizaria. A crise da República Oligárquica, tanto para ele quanto para seus interlocutores, insere-se em um problema maior, o esgotamento do capitalismo imperialista e das democracias liberais, que por sua vez, favoreceriam a expansão do pensamento autoritário e nacionalista, de acordo com o avanço e acirramento da “questão social” e da luta de classes com a ascensão do proletariado urbano. Grosso modo, tal perspectiva se enquadra na tradição maurrasiana<sup>5</sup>, da Ação Francesa do final do século XIX. Assim, metodicamente o discurso dissimula a luta de classes e a “questão social”, sobretudo, ao explicitar a sua rejeição aos partidos políticos, que

---

<sup>4</sup> Silvio Romero (1851-1914) foi advogado, jornalista, crítico literário. Um dos principais nomes da Escola do Recife, ao lado de Clóvis Beviláqua, Tobias Barreto, Capistrano de Abreu, Farias de Brito, Joaquim Nabuco, Graça Aranha, Araripe Júnior. Alberto Torres (1865-1917) foi advogado, jornalista e político. Abolicionista e republicano convicto, foi deputado estadual no Rio de Janeiro, deputado federal e Ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal. Sua obra se notabiliza pelo nacionalismo, antiliberalismo, antidemocracia, anticomunismo e ideias contrárias ao racismo, favoráveis à miscigenação.

<sup>5</sup> Charles Maurras (1868-1952) era poeta, jornalista e dirigente da Ação Francesa, foi o autor do “Inquérito sobre a Monarquia” (1900) e de inúmeras outras publicações de caráter nacionalista, antissocialista, antiliberal, antidemocrático, católico conservador, anti-semita, anti-iluminista e contrarrevolucionário. Foi o principal entusiasta da Restauração e da ideia de “nacionalismo integral” e “neomonarquismo” – essencialmente centralizadora, autoritária, antiparlamentar e antissufragio universal. Apenas a monarquia pode descentralizar, pois o “rei, reina e governa”, com o “poder estável” e hereditário – o meio de transmissão do poder natural e justo - é o “fiador do destino e unidade francesa”. Após a Revolução de Outubro de 1917, a Ação Francesa amplia as suas ações, conforme o fascismo e o nazismo se fortaleçam em toda a Europa, diante do enfraquecimento das democracias liberais com o apoio das burguesias e do capital monopolista. A Ação Francesa durante a ocupação nazista apoiou o governo colaboracionista de Vichy do marechal Pétain.

representam para ele tão somente “facções” e interesses “locais”, e não o antagonismo de classes. Novamente, caberia ao “Estado Novo” estabelecer esse projeto de nação.

O Estado Corporativo, concebido a partir de sindicatos e não de partidos políticos, legitimava a ação estatal centralizadora, organizadora da nação de cima para baixo, posto a nossa tradição oligárquica, estabelecida em clãs familiares e escravocrata, seria incompatível com o liberalismo e a democracia. Sendo assim, é imperativo um Estado autoritário, centralizado e corporativo, apropriado à nossa tradição para a realização do capitalismo, o controle da “questão social” e a contenção das massas operárias e populares. Para Vianna (1987), a sociedade deveria se organizar através de sindicatos ou corporações-associações profissionais, não por partidos políticos, capturados por ideologias estrangeiras extravagantes e/ou pelas oligarquias locais, mais interessados em dividir a sociedade que comprometidos com a unidade nacional. Deste modo, as reformas políticas passariam pela construção da hegemonia em bases cívicas e patrióticas, pondo a “questão social” fora do domínio da luta de classes, estabelecendo o consenso por meio da identidade fundada em bases corporativas, morais e espirituais, sob a tutela de um Estado forte e centralizado.

A relação entre autoritarismo e democracia no Brasil pode ser apreendida por meio de diversos meios – formas jurídicas e instituições de segurança e militares, relações sociais e padrões culturais. A violência de Estado nas suas mais variadas e perversas formas é um deles, talvez, o mais contundente. O desprezo pelos direitos humanos, sociais e difusos, a intolerância e a aversão à diversidade e à igualdade é outro. A “modernização conservadora”, considerando que o liberalismo coexiste com uma sociedade senhorial-escravocrata, consolidando o padrão de reprodução do capitalismo e a dominação burguesa em bases capazes de renovar e reorganizar a hegemonia é outro.

De acordo com Felipe Melo (2020), o crescimento da população encarcerada é contemporâneo das exigências dos padrões neoliberais desde a década de 1990, considerando uma variação superior a 330% no período de 2000 a 2020. Paralelo a expansão do total de pessoas encarceradas, expandiu-se não apenas o sistema carcerário manifesto pelo número de estabelecimentos prisionais, conforme a sua dispersão geográfica, mas, sobretudo o conjunto de normas e regulações que requerem, na esfera do próprio sistema, a coexistência entre a produção do direito e suas múltiplas formas de violação, ao lado de práticas autoritárias tradicionais e de caráter militarizado que subsistem com formas de resistência que trabalham no sentido de estabelecer no cárcere as conquistas e valores mínimo do liberalismo, como os direitos fundamentais e humanos (Costa-Chicareli & Silva, 2017).

Em novos arranjos que acomodam – e renovam – padrões arcaicos, mantem-se intocável as bases estruturais da dominação burguesa - como o latifúndio, o patrimonialismo, o capitalismo dependente e periférico, a criminalização da “questão social” e a repressão ao operariado e setores populares na cidade e no campo. Assim, a burguesia reorienta e subordina os anseios populares, constituindo os trabalhadores de modo corporativo; regulando “a cidadania nos limites das relações econômicas mercantis, conforme as exigências do contrato entre proprietários de mercadorias”; legalizando “as contradições sociais, organizando negociações e conciliações; transformam a reivindicação e o protesto em ameaça de dissolução social” (Ianni, 1986: 26).

Octávio Ianni (1986: 29) sinaliza que a nossa “revolução burguesa” se funda e se sustenta na “dominação pela força da violência e não pela eficácia da persuasão”. Não há interlocutores que representem ou expressem o conjunto da sociedade, muito menos as massas proletárias, camponesas, indígenas, populares. Portanto, o Exército cumpre papel fundamental na “construção do perfil da nação burguesa”. A tradição autoritária arraigada brasileira encontra raízes profundas na instituição militar, braço armado das classes dominantes desde a época imperial, atravessando a República Oligárquica e o Estado Novo, até a ditadura civil-militar-empresarial de 1964, cujos efeitos nefastos se reproduzem na sociedade até os dias atuais (Silva & Braga, 2019; Galvão, 2020).

Considerando a sociedade como um ente anárquico, precário, inábil e suscetível à manipulação e a “subversão”, dissimula o repúdio ao confronto de ideias, contradições sociais e a luta de classes; instituindo um padrão de dominação autocrático, militarizado e ultrarreacionário. Nesse processo, dissimula o conflito inerente e inelutável entre capital e trabalho, reiterando a retórica da “ordem” e da “paz social”, da “unidade” e “coesão nacional”, da concórdia entre trabalho e capital, a despeito da ofensiva autoritária e neoliberal contra os trabalhadores e os pobres, e da tensão entre setores progressistas e conservadores que apenas se acentuam desde a crise econômica global de 2008.

## Referências Bibliográficas

---

- Agostini, Manuela R., Vieira, Luciana., & Bossle, Marília B. (2016). Social innovation as a process to overcome institutional voids: a multidimensional overview. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 17(6), 72-101. Acessado em 9 de Março de 2020, de: <https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p72-101>
- Anistia Internacional. (2015). *Informe 2014/15: O estado dos direitos humanos no mundo*. Acesso em 20 de Fevereiro de 2019, de: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Web-Informe-2015-03-06-final.pdf>
- Anistia Internacional. (2015). Relatório da Anistia Internacional aponta que as polícias brasileiras são as que mais matam no mundo. Acesso em 20 de Fevereiro de 2019, de: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2015/09/amnesty-international-releases-new-guide-to-curb-excessive-use-of-force-by-police/>
- Anistia Internacional. (2018). *Informe 2017/18: O estado dos direitos humanos no mundo*. Acesso em 20 de novembro de 2019, de: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>
- Cardoso, Fernando Henrique. (1975). *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Costa-Chicareli, Semiramis., & Silva, Alessandro Soares da. (2017). A Pastoral Carcerária e a Luta por Justiça e Dignidade no Sistema Prisional Brasileiro. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 7(2), 162-194. Acesso em 20 de novembro de 2019, de: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/174584>
- Deo, Anderson. (2011). *A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial*. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista. Brasil. Acesso em 20 de Fevereiro de 2019, de: <http://hdl.handle.net/11449/101001>
- Fernandes, Florestan. (2006). *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo.
- Folha de São Paulo (2016, 28 de outubro). *Polícia brasileira mata em 6 dias o mesmo que a britânica em 25 anos*. Acesso em 20 de Fevereiro de 2020, de: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1827203-policia-brasileira-mata-em-6-dias-o-mesmo-que-a-britanica-em-25-anos.shtml>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Acesso em 20 de Fevereiro de 2020, de: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf)
- Furlan, Vinícius. (2018). Uma Análise Psicopolítica do Fascismo Brasileiro. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 8(1), 39-53. Acesso em 20 de Fevereiro de 2020, de: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/174794>
- Galvão, Nina. (2020). Lembrar “Para Que” ou “Em Nome do Que” ? Reflexões Sobre os Sentidos Políticos da Memória. Acesso em 2 de Agosto de 2020, de: *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 10(1), 88-103. <https://doi.org/10.11606/rgpp.v10i1.176779>
- Holanda, Sérgio Buarque. (1963). *Raízes do Brasil*. Brasília: Editora da UnB.
- Iamamoto, Marilda Villela. (2010). *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez.
- Ianni, Octavio. (1986). *Classe e Nação*. Petrópolis: Vozes.
- Marx, Karl. (1989). *O Capital, livro I - O processo de produção do Capital*. Vol. II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Meirelles, Domingos. (1995). *A noite das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. São Paulo: Record.
- Melo, Felipe Athayde Lins de. (2020). *A burocracia penitenciária. Estudo sobre a configuração da gestão prisional no Brasil*. Curitiba: Brazil Publishing.
- Netto, José Paulo. (2001). Cinco notas a propósito da "questão social". *Revista Temporalis*, 2(3), 41-50. Acesso em 20 de Fevereiro de 2019, de: [http://cressmt.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/08/Temporalis\\_n\\_3\\_Questao\\_Social.pdf](http://cressmt.org.br/novo/wp-content/uploads/2018/08/Temporalis_n_3_Questao_Social.pdf)
- Netto, José Paulo. (1996). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Oliveira, Beatriz Besen de. (2019). A Demão Invisível do Mercado: desregulamentação do mundo do trabalho, políticas de austeridade e ativismo jurídico. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 9(1), 16-31. Acesso em 20 de Fevereiro de 2019, de: <http://10.11606/rgpp.v9i1.175156>
- Prado Júnior, Caio. (1962). *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Silva, Alessandro Soares da. (2012). *Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. Tese (Livre Docência). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Silva, Alessandro Soares da., & Braga, Victória Lustosa. (2019). Memorial da Resistência: um instrumento de políticas de memória, de educação em direitos humanos e de luta contra o esquecimento. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 9(1), 101-122. Acesso em 12 de Fevereiro de 2020, de: <https://doi.org/10.11606/rgpp.v9i1.176278>
- Vianna, Oliveira. (1987). *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: EdUFF.

Recebido em 22/04/2020.

Revisado em 09/08/20.

Aceito 28/10/2020.